COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.035, DE 2004

“Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a habilitação do pescador artesanal ao benefício do seguro desemprego durante o período de defeso.”

Autor: Deputado ADELOR VIEIRA

Relator: Deputado PEDRO CORRÊA

I - RELATÓRIO

A presente proposição altera a redação de dispositivo da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de reconhecer o atestado emitido pelo sindicato de pescadores como documento probante dos requisitos para que o pescador artesanal receba o seguro desemprego na época de defeso.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 10.779/2003, “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao

pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”.

Para fazer jus ao benefício, o interessado deve apresentar vários documentos ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, elencados no art. 2º da citada lei, entre eles, atestado da Colônia de Pescadores.

Tal atestado comprova o exercício da profissão de pescador de forma artesanal. Comprova, também, que o interessado se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, e que não tem outra fonte de renda.

A Colônia de Pescadores, que tem jurisdição na área de atuação do pescador, foi a entidade escolhida para atestar os requisitos indispensáveis para que se conceda o seguro desemprego ao pescador na época de defeso.

Consideramos, outrossim, que as entidades sindicais representantes dos pescadores também estão aptas a atestar tais requisitos, conforme dispõe o projeto em análise.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 3.035, de 2004.

2004. Sala da Comissão, em de de

Deputado PEDRO CORRÊA
Relator